

Centro

COIMBRA

Faculdade de Direito
à beira da ruptura

JORGE DE SOUSA

A falta de espaço e a escassez de recursos humanos pode, no mais curto prazo, causar graves problemas na Faculdade de Direito de Coimbra, onde a relação professores/alunos é de 1 para 60 e as salas de aula rebentam pelas costuras.

Quando há 450 anos a Universidade foi definitivamente transferida para Coimbra e instalada na alta da cidade, a então «Faculdade de Leis», criada nos finais do Séc. XII em consequência de bula papal de Nicolau IV, não se debatia com o mar de problemas em que a Faculdade de Direito navega hoje. Com falta de espaço que obriga a aulas nos anfiteatros da Faculdade de Letras e a escassez sangria de recursos humanos ao nível de docentes, a vetusta Faculdade é um barco à deriva, sem terra à vista e, que pode naufragar se não forem tomadas

medidas de curto e médio prazo.

«Se todos os alunos viessem às aulas seria um caos», afirmava recentemente o Prof. Figueiredo Dias, presidente do conselho directivo, denotando a consciência da situação por parte dos órgãos de gestão. Neste ano lectivo estão inscritos cerca de 3100 alunos, número considerado excessivo mas explicado pelo elevado índice de reprovações, o que dirigentes estudantis, no ano transacto, atribuíram às condições pedagógicas existentes, ao mesmo tempo que denunciavam a ausência de gestão na faculdade. A confirmar o insucesso existente, os números que revelam que em 84/85, apenas 81 alunos se licenciaram na Fac. de Direito, onde o sistema de *numerus clausus* permite a entrada de 500 caloiros anualmente.

Mas não ficam por aqui as tormentas. A Faculdade tem poucos quadros docentes. Os assistentes, que são em número de 70, entre convidados e estagiários (51-19 respectivamente), são cada vez menos e maior o seu trabalho pois uns não leccionam, outros têm a responsabili-

dade de várias cadeiras e diversas turmas a seu cargo, e alguns abandonaram este ano a Faculdade quer por necessidades materiais quer por imposições contratuais. Entretanto, das quatro vagas a concurso para assistente estagiário apenas duas foram preenchidas. Toda esta situação motivou uma reunião de assistentes em Fevereiro, onde foi constituída uma comissão para elaborar um caderno reivindicativo a apresentar ao Conselho Científico (composto por todos os doutores e presidido pelo Prof. Rogério Soares).

Das reivindicações consta: a redução dos 17 valores para admissão de assistentes ou a contratação de novas categorias de colaboradores-monitores que corrijam pontos, coadjuvem júris nas orais e façam vigilâncias nas provas escritas (para esta função «policia», e de alguma «indignidade» segundo alguns assistentes, a solução passaria por contratar advogados estagiários); os regentes das cadeiras voltarem a dar aulas teórico-práticas e corrigirem pontos de frequências e exames escritos; dispensa do serviço docente para quem estiver a fazer tese de mestrado ou de doutoramento; fotocópias gratuitas e um *plafond* para aquisição de novos livros.

Ponte fidedigna referiu-nos que a vultosa verba do INIC destinada a financiar projectos

individuais de investigação já servia parcialmente para comprar bibliografia pois não há orçamento suficiente na faculdade, prejudicando os objectivos que presidem à investigação científica. A mesma fonte adiantou que a composição do Conselho Científico deve ser alterada, permitindo a representação de assistentes tal como aconteceu há anos.

«Em regime de exclusividade ninguém pode estar, pois a tabela salarial não contempla o assistente que se consagra à instituição», disse-nos um docente que, pedindo o anonimato, salientou que o programa não é exclusivamente económico «dado que também não há tempo para investigação e progressão na carreira», dando o exemplo de que em seis semanas cada assistente teve já que corrigir cerca de 500 frequências. «É preciso ver o doutoramento como ponto de partida e não ponto de chegada, sendo necessário criar as condições para que isso aconteça», precisou aquele jurista que considera estar o Conselho Científico sensibilizado para esses problemas. Este docente concluiu dizendo que «não há guerra dos assistentes contra os doutores, a nossa reivindicação não é contra ninguém, é a favor de condições de trabalho pois o que está em causa é a continuidade da própria Faculdade».

Outro

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Equipamento

